

# Comentários da sociedade civil sobre as metas relacionadas a energia no Programa de Metas de São Paulo 2017-2020

## Avaliação geral

Comentários sobre as metas apresentadas

Fontes de financiamento

Signatários

## Avaliação geral

O Programa de Metas 2017-2020 traz pouquíssimo conteúdo relacionado à geração e consumo de energia na cidade, e não faz qualquer menção às energias limpas. **A única meta apresentada sobre esse tema é fraca, trata apenas de novos projetos de edificações e não especifica que resultados concretos serão alcançados** com relação ao uso de água e energia.

O pagamento da eletricidade representa um alto custo para a administração pública. Esse custo poderia ser drasticamente reduzido por meio de medidas de eficiência energética na iluminação pública e da instalação de painéis fotovoltaicos para geração de energia solar nos telhados de escolas municipais.

A adoção dessas políticas poderia trazer **novas oportunidades econômicas ao município**, especialmente no setor de prestação de serviços, na arrecadação de impostos (sobretudo ISS) e **geração de empregos**.

## Comentários sobre as metas apresentadas pela gestão

Implantar um novo padrão de uso racional da água e eficiência energética em 100% dos novos projetos de edificações.

*Projeto Sustentabilidade das Edificações*

A meta, apesar de importante, é bastante tímida, pois trata apenas dos novos projetos de edificações. Há um potencial enorme de eficiência energética e de geração solar nas edificações já existentes, mas essas duas medidas foram ignoradas no Programa de Metas apresentado.

Além disso, a meta não define qual será o novo padrão adotado e quais serão os resultados da adoção do novo padrão, ou seja, não há como verificar se o novo padrão adotado de fato levou a uma melhora no uso de água e energia.

Reduzir 20% das despesas operacionais da prefeitura de São Paulo em relação ao último triênio.

*Projeto Gestores da Economia*

Embora o texto apresentado no Programa de Metas mencione que energia é um dos custos que se pretende reduzir, não há qualquer linha de ação que garanta que essa redução irá ocorrer.

De fato, o pagamento da eletricidade representa um alto custo para a administração pública. Esse custo poderia ser drasticamente reduzido por meio de medidas de eficiência energética na iluminação pública e da instalação de painéis fotovoltaicos para geração de energia solar nos telhados de escolas municipais.

Nesse sentido, sugerimos a inclusão de duas novas linhas de ação, a fim de contribuir com o cumprimento da meta e a redução dos custos com energia:

*Sugestão de inclusão de nova linha de ação:* [Instalar sistemas fotovoltaicos em 70% das escolas públicas da rede municipal até 2020, promovendo contato contínuo com as escolas selecionadas e inserindo o tema “Energia, Sustentabilidade e Eficiência Energética” no dia-a-dia das escolas contempladas com os sistemas fotovoltaicos.](#)

São Paulo possui mais de 1500 escolas municipais. Com a instalação dos sistemas fotovoltaicos em 70% delas (média de escolas aptas do ponto de vista estrutural), estima-se uma **economia de eletricidade da ordem de 14.045 MWh/ano - o equivalente a cerca de R\$ 8,9 milhões/ano**. Ao reduzir em mais de 50% um dos principais custos do município com educação, seria possível reverter os recursos públicos economizados para a melhoria da própria educação municipal.

*Sugestão de inclusão de nova linha de ação:* [Modernizar 100% da rede de iluminação pública até 2020, substituindo as lâmpadas atuais por lâmpadas LED e garantindo a informação plena e a participação da população do entorno das áreas contempladas pelo programa no planejamento das ações de implantação.](#)

A adoção de medidas de eficiência energética na iluminação eficiente também contribuiriam para reduzir o consumo de energia, gerando economia para os cofres públicos e menos impactos para o meio ambiente. E uma vez que parte do custo de iluminação pública é rateada nas contas de energia residenciais, **um sistema mais eficiente garante economia também para os cidadãos.**

Mudanças simples nos sistemas de iluminação pública já garantem redução de despesas e ruas mais seguras para a população. É o caso da **troca de lâmpadas convencionais pelas modernas LED** – e até mesmo pelas de vapor de sódio, já um pouco mais antigas –, que garante uma **redução de 30% a 50% nos gastos com iluminação**, sendo uma das formas mais rápidas de atingir a eficiência energética em larga escala.

## **Fontes de financiamento**

Para além da utilização de recursos do próprio orçamento municipal, em forma de aporte direto ou contrapartida, existem outras fontes de financiamento possíveis. Algumas dessas fontes já ocorrem em diferentes níveis da administração pública. Outras poderão ser acessadas de forma inédita.

- Financiamento junto ao BNDES PMAT;
- Destinação de emendas parlamentares à Prefeitura para a solarização de escolas municipais, por parlamentares federais ou estaduais;
- Realização das instalações como parte de projeto de eficiência energética junto à distribuidora de energia Eletropaulo, com a utilização de recursos do Programa de Eficiência Energética, administrado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel);
- Solicitação de financiamento junto a organismos internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que possui crédito específico (chamado PBL) ao setor público para a implementação de políticas públicas setoriais.

## **Signatários**

1. CASA Brasil - Conselho de Assentamentos Sustentáveis da América Latina (Regional Brasil)
2. Coletivo Guardiões da Mãe Terra
3. EarthCode Project
4. Engajamundo
5. Greenpeace
6. Instituto Casa da Cidade
7. Minha Sampa
8. Pimp My Carroça
9. Rede Nossa São Paulo
10. Rede Novos Parques
11. SACI - Sustentabilidade Ambiental, Cultural e Institucional